



Celso Azavedo

Valadares é autor de projeto aprovado ontem

Combate à lavagem de dinheiro deve ser intensificado

Página 5

Senadores avaliam ações do governo Lula

Páginas 6 e 7

Indicação do relator da reforma tributária ficou para amanhã

Página 3

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.795 - Brasília, quarta-feira, 1º de outubro de 2003

Congresso vota recurso suplementar para Educação

Créditos de cerca de R\$ 269 milhões devem ser destinados às universidades e ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Página 3

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Acordo garante votação e beneficia aposentados

O líder do governo, Aloizio Mercadante, anunciou ontem – depois de um dia inteiro de negociações – entendimento para mudar a proposta e beneficiar aposentados que tenham doenças incapacitantes para o trabalho. CCJ se reúne às 10h de hoje

CAE aprova nome para diretoria do Banco Central

Em reunião secreta, senadores acolheram a indicação de Alexandre Schwartzman para o cargo de diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central.

Página 5



Celso Azavedo

CONSENSO Líderes de todos os partidos definem que mudanças serão feitas em proposta de emenda constitucional paralela

Depois da segunda reunião do dia com os líderes partidários, Mercadante informou que, pelo acordo, será dobrado o piso

de isenção da contribuição previdenciária de 11% para aposentados com doenças graves. Outros pontos da reforma devem sofrer alterações.

Os partidos de oposição concordaram em não obstruir a votação na CCJ, segundo os líderes do PSDB, Arthur Virgílio, e do PFL, José Agripino.

Página 3

INVESTIGAÇÕES

O Congresso poderá criar CPIs para apurar ação da máfia dos automóveis "salvados" e os conflitos fundiários

Página 8



Frente defende amplo uso do software livre



Serys Slhessarenko pode presidir frente parlamentar

A Frente Parlamentar Mista pelo Software Livre se reúne hoje, às 8h30, na Câmara dos Deputados, para escolher seu presidente.

Composta por 125 deputados e 22 senadores, a frente defende o uso

de programas de computador com o código-fonte público, livremente distribuído. Esses programas representam alternativa aos produtos de grandes empresas, que cobram *royalties* elevados pelo uso. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), indicada para presidir a frente, defende a ampla utilização de programas livres pela administração pública.

Livre orientação sexual também busca apoios

O presidente do Senado, José Sarney, foi convidado ontem pelos senadores Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Ideli Salvatti (PT-SC) e deputados federais para o lançamento da Frente Parlamentar Mista pela Livre Orientação Sexual, a ser realizado em 8 de outubro, no Salão Negro do Congresso Nacional.

– O Legislativo não pode ficar a reboque da sociedade, que vem reconhecendo, na prática, o direito à liberdade de orientação sexual, e o respeito que toda pessoa merece ao assumir o que ela é e não sofrer discriminação – afirmou Ideli.

Agenda

Congresso discute verba complementar para a Educação



Será realizada hoje, às 12h, sessão do Congresso Nacional para discutir projeto de lei que dá ao orçamento do Ministério da Educação crédito suplementar de R\$ 269 milhões. Os recursos devem ser destinados ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e às universidades (PLN nº 29/2003). A sessão do Senado, às 14h30, será dedicada ao exame de duas medidas provisórias e um projeto de lei de conversão que trancam a pauta do Plenário.

CPI da Exploração Sexual ouve especialista

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual ouve, às 11h, a assessora especial da Secretaria de Direitos Humanos, Elizabeth Leitão. A comissão, presidida pela senadora Patrícia Gomes (PPS-CE) – foto –, investiga a situação de violência e as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.



Sarney tem quatro audiências marcadas para hoje

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h, o secretário de Planejamento da Bahia, Armando Avena; às 11h, a presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brasília, Maria Thereza Simões Falcão; às 11h30, o presidente da Direct TV para a América Latina, Larry Chapman; e, às 17h15, representantes internacionais do projeto Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública.

CCJ deve examinar destaques à reforma da Previdência

As emendas apresentadas pelos senadores à proposta de reforma da Previdência devem ser votadas na reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), marcada para as 10h.



Foram oferecidas cerca de 200 emendas ao texto enviado pela Câmara dos Deputados, aprovado pela CCJ na última semana. O relator da proposta é o senador Tião Viana (PT-AC).

Comissão mista estuda a soja transgênica

Hoje, às 18h30, será instalada uma comissão mista para analisar proposta que estabelece normas para o plantio e comercialização de soja transgênica na safra de 2003/2004 (MP nº 131/03). O colegiado, formado por sete senadores e sete deputados, com igual número de suplentes, deverá realizar estudos e emitir parecer sobre o assunto. A medida provisória foi assinada pelo vice-presidente, José Alencar, na última semana e tem sido alvo de grande polêmica por parte de ambientalistas.



Convocação de ministro

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota hoje, às 11h30, requerimentos solicitando a convocação do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, para prestar esclarecimentos sobre denúncias de procedimentos administrativos adotados no Dnit e no ministério. Às 12h, a Subcomissão das Agências Reguladoras reúne-se para discutir projeto do Executivo.

Audiências públicas

A Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática discute, às 10h, o impacto da reforma tributária na comunicação. Às 18h, a Subcomissão dos Portadores de Necessidades Especiais ouve o diretor de programas de gestão do Ministério do Planejamento, Paulo Daniel Lima, sobre portadores de necessidades especiais nos quadros dos ministérios.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ESFORÇO Jucá elogia o trabalho do governo federal realizado entre 1998 e 2002

Jucá registra investigações de dumping

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) congratulou-se com o Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pelo trabalho que vem realizando.

Em relatório anual publicado recentemente, o departamento informa que foram abertas, entre 1998 e 2002, 198 investigações, sendo 92% delas relacionadas a casos de *dumping* (a prática de preços artificialmente baixos, para minar a concorrência). O relatório indica ainda que 48% das investigações realizadas nesse período conduziram à aplicação de medidas de defesa comercial.

Jucá também destacou os resultados do relatório anual de 2002 da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Apesar de o ano passado ter sido difícil para o mercado de capitais e a bolsa ter caído 7,5% em relação a 2001, alcançando um movimento de R\$ 139 bilhões, o senador considera positivas as iniciativas da Bovespa, como as tentativas de diminuição de impostos, divulgação das atividades, aprimoramento de serviços e investimento em tecnologia.

– A existência de um mercado de capitais forte é condição essencial para que seja alcançado o desenvolvimento econômico – disse.

O senador destacou ainda publicação pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) do estudo “Perspectivas para o Desenvolvimento do Refino de Petróleo no Brasil”, que contém “conclusões alarmantes”, na opinião de Jucá: mantido o nível de consumo do país, o nível de dependência externa aumentará de 17% para 35% até o ano 2010.

– É o momento de tomar iniciativas para expandir a capacidade de refino no Brasil – analisou o senador.

EDUCAÇÃO

Projeto muda regras para uso de recursos do Fundef

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), favorável, na forma de emenda substitutiva, ao projeto do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que altera a lei de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A matéria segue para análise na Comissão de Educação (CE) em caráter terminativo.

O projeto (PLS nº 33/2003) recria dispositivo permitindo a distribuição dos recursos do Fundef com base nas matrículas nos cursos de educação de jovens e adultos. Tal dispositivo, explicou Garibaldi, fora vetado em 1997, o que levou estados e municípios a reduzir a oferta de cursos de alfabetização.

O projeto restringe o financiamento do Fundef às classes de jovens e adultos em vez do en-



ERRO Segundo Garibaldi, veto em 1997 levou à redução nos cursos de alfabetização

sino supletivo, limitando o repasse de recursos aos estados e municípios cujas taxas de analfabetismo superem a média nacional.

A CAE aprovou também relatório favorável à concessão de empréstimo de US\$ 27,5 milhões para a Prefeitura de Porto Alegre, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata).

Congresso vota crédito suplementar para o MEC

Está marcada para as 12h de hoje sessão do Congresso Nacional destinada a votar o projeto que reforça o orçamento do Ministério da Educação com um crédito suplementar de R\$ 269,086 milhões. A matéria (nº 29/2003-CN) constou da sessão do Congresso realizada ontem, mas não chegou a ser votada.

Os valores, a serem acrescidos ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, já foram aprovados pela Comis-

são Mista de Orçamento e serão destinados às universidades e ao pagamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Na sessão de ontem, presidiada pelo deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), também foram apresentados e lidos requerimentos para instalação de três comissões parlamentares mistas. Duas delas de Investigação (CPIs) e uma especial (veja reportagens sobre este assunto na página 8).

Sem acordo, pauta do Plenário segue trancada

Como não houve acordo entre os líderes partidários, a Medida Provisória nº 125/2003 segue obstruindo a pauta de votações do Plenário do Senado. A MP institui no país um sistema de certificação para importação e exportação de diamantes brutos. Com a aprovação dessa medida provisória, ficaria proibida a entrada no Brasil de diamantes provenientes de áreas de conflito, assim como a venda de diamantes brutos com origem não legalizada.

Há ainda outra MP e um projeto de lei de conversão (PLV) na pauta do Plenário. A MP nº 126/2003 define que a União assume a responsabilidade civil perante os danos causados por possíveis atentados terroristas contra aeronaves operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo.

Se a pauta for desobstruída, o primeiro item a ser apreciado hoje é o projeto que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego.

Acordo na Previdência beneficia aposentados

Inativos com doenças incapacitantes terão maior piso de isenção. Texto paralelo vai contemplar mudanças

Depois de um dia inteiro de negociações com partidos de oposição e governadores, líderes do governo e dos partidos da base governista no Senado anunciaram um acordo para mudar a reforma da Previdência e beneficiar aposentados que tenham doenças incapacitantes para o trabalho.

Será dobrado o piso de isenção da contribuição previdenciária de 11%, comparando-se com os valores aprovados pela Câmara. Assim, servidores inativos estaduais com essas doenças ficarão isentos até o valor de R\$ 2.400, aposentados federais até R\$ 2.880 e pensionistas de qualquer nível de governo até R\$ 4.800.

A informação foi dada pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), depois da segunda reunião do dia com líderes de todos os partidos, no início da noite de on-



DIÁLOGO Mercadante negociou em nome do governo federal com governadores e oposição

tem. Na primeira reunião, pouco depois do meio-dia, os líderes haviam chegado a um acordo sobre a votação de 200 emendas destacadas para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Com o acordo, a reunião da CCJ foi adiada de ontem para hoje, às 10h.

Os partidos de oposição, conforme o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), concordaram em não obstruir a votação na CCJ, como fizeram na semana passada, durante a discussão do parecer do relator da reforma previdenciária, senador

Tião Viana (PT-AC).

– Concordamos em não obstruir, mas não abrimos mão de votar na CCJ nossas emendas para alterar o texto da reforma – acrescentou o líder de outro partido de oposição, o PFL, senador José Agripino (RN).

Nas negociações, ficou acertado que todas as alterações a serem feitas estarão em uma proposta paralela de reforma constitucional, que tramitará junto com a reforma da Previdência. A alternativa evitará que a reforma tenha de voltar à Câmara, para exame das modificações dos senadores. Assim, a reforma será promulgada como aprovada pelos deputados e as mudanças introduzidas pelo Senado seguirão ao exame dos deputados.

A reforma paralela terá uma solução para problema do subteto do Executivo. Uma das idéias prevê que os governadores terão 60 dias para enviar às assembleias projeto determinando um novo salário do governador, desde que ele não seja superior ao salário dos desembargadores da Justiça estadual – estes limitados a 90,25% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal.

Adiada indicação de relator da tributária

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), adiou mais uma vez, a pedido dos líderes partidários, a indicação do nome do relator da reforma tributária. O anúncio, previsto para ontem, deverá ser feito às 14h de amanhã e, até lá, líderes governistas e oposicionistas negociarão os primeiros pontos das mudanças que os senadores querem fazer na proposta aprovada pelos deputados.

Depois de reunião, no início da noite, entre lideranças partidárias, o líder do PMDB no Se-

nado, Renan Calheiros (AL), reafirmou que, “se a relatoria couber ao PMDB, o relator será o senador Romero Jucá”. A reforma tributária já está tramitando na Comissão de Justiça e o prazo para apresentação de emendas terminará nesta semana.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ponderou que, “se o governo não negociar, irá colher com esse monstro de reforma tributária aumentos no risco Brasil e na desconfiança dos investidores”.



DECISÃO Calheiros diz que se relatoria couber ao PMDB o indicado é Romero Jucá

CPI do Banestado terá mais 180 dias

Os senadores e deputados da CPI do Banestado, que investiga a remessa ilegal de recursos por meio das contas CC-5, aprovaram ontem a prorrogação por mais seis meses do prazo de conclusão dos trabalhos. A CPI terá até o dia 17 de abril para votar o relatório final, dada à complexidade das investigações.

A decisão precisa agora ser con-

firmada pela assinatura de pelo menos um terço dos integrantes de cada Casa do Congresso – 27 senadores e 171 deputados, conforme determina o Regimento Comum.

A partir da próxima semana, os trabalhos da CPI devem se concentrar nas atividades das oito subcomissões criadas para investigar os casos de evasão de divisas por todo o país. Elas farão diligências nas ci-

dades de Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), Curitiba (PR), Foz do Iguaçu (PR), São José do Rio Preto (SP) e Campinas (SP), além de Montevidéu, capital do Uruguai, e terão 20 dias para concluir os trabalhos.

A CPI criou também a subcomissão de consolidação de propostas legislativas sobre câmbio e trânsito de capitais no país.

Suassuna defende o fim de subsídios

A posição de liderança do Brasil na última conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Cancún (México), foi aplaudida ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).



Suassuna aplaude a posição adotada pelo Brasil

Ele afirmou, “sem medo de errar”, que o papel desempenhado pelo país no evento honrou os melhores momentos da diplomacia brasileira, que defendeu o pressuposto de que o livre comércio não pode perder de vista a função de distribuir as riquezas geradas.

Suassuna advertiu que não se pode falar em distribuição de riquezas sem a promoção de uma ampla liberalização agrícola, “com a eliminação dos vergonhosos subsídios praticados pelos países desenvolvidos em relação a suas respectivas agriculturas”. Além de provocar “uma das mais grotescas distorções comerciais do mundo”, essas políticas protecionistas concorrem para a perpetuação da dependência econômica e a pobreza de bilhões de pessoas, sustentou.

Para ilustrar as distorções promovidas por esses mecanismos, o senador pela Paraíba informou que os países desenvolvidos gastam US\$ 300 bilhões ao ano em subsídios agrícolas, o que corresponde a seis vezes os recursos destinados a ajuda humanitária no planeta. Sobre os prejuízos acarretados à economia brasileira por essa prática, lembrou que o país poderia comercializar 2,9 milhões de toneladas a mais de soja, o que injetaria US\$ 400 milhões a mais na balança comercial, e obter US\$ 2,6 bilhões ao ano na comercialização do açúcar se fossem eliminados os subsídios fornecidos aos produtores norte-americanos.

Em apêntes, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) observou que a posição da diplomacia brasileira em Cancún levou o país a liderar as nações descontentes com a política de subsídios.

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu a necessidade de transformação da soja em biodiesel.

Mozarildo elogia atuação de Ciro Gomes

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) elogiou ontem a atuação do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. De acordo com o senador, o ministro promoveu ampla reestruturação da pasta, responsável pela promoção de políticas nacionais de desenvolvimento regional, “que se defrontava com o caos”. O parlamentar disse que não havia no ministé-

rio qualquer tipo de controle ou acompanhamento dos seus gastos.

– Durante quatro meses, o ministro e sua equipe reorganizaram o Ministério da Integração Nacional, reformulando, equalizando e adequando seus objetivos, projetos e programas à filosofia do governo Lula – afirmou o senador.

Para Mozarildo, outro ponto importante da gestão de Ciro Gomes

foi a sua opção por obras prestes a serem concluídas e que necessitam de menos recursos. O ministro, segundo o parlamentar, renegociou valores para cada obra.

– Em vários importantes projetos de irrigação, de barragens e adutoras, o Ministério da Integração Nacional tem repetido esses acordos com as empreiteiras, com ganhos relevantes para o Tesouro – disse.



EFICIÊNCIA Mozarildo diz que ministro optou por obras prestes a serem concluídas

Azeredo apóia criação do Parlamento do Mercosul

Na opinião do senador, medida é essencial para que mercado comum tenha maior força política

A necessidade da criação do Parlamento do Mercosul foi defendida ontem, em Plenário, pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que participou recentemente do 1º Primeiro Encontro de Presidentes das Câmaras de Poderes Legislativos do mercado comum, realizado em Montevidéu, Uruguai. O senador comunicou que a idéia de se instituir um Parlamento com poder de decisão em assuntos de interesse dos países-membros foi rejeitada durante o encontro.

– Acredito que precisamos aprofundar a questão e não desistir da proposta. Para termos um Mercosul que funcione, pa-



REFORÇO Azeredo afirma que a proposta é defendida pelo governo brasileiro

ra que os Estados-membros tenham uma força política maior, é fundamental que haja união do ponto de vista parlamentar. Estou convicto de que a diplomacia parlamentar pode ser uma aliada preciosa no reforço da defesa dos interesses regionais e nacionais – afirmou o parlamentar.

Sarney recebe visita de delegação argentina

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o deputado Hugo Cettour, presidente do Grupo de Amizade Argentino-Brasileiro no Parlamento da Argentina, acompanhado pelo embaixador Marcelo Fuentes, subsecretário de Assuntos Institucionais da Chancelaria daquele país.

A delegação veio prestigiar a instalação, no Congresso Nacional, do grupo parlamentar brasileiro, presidido pela deputada Maria José Maninha (PT-DF), que também participou do encontro.

– O presidente [Néstor] Kis-

chner nos deu instruções de apoiar totalmente a integração de nossos povos dentro do Mercosul, e por isso estamos acompanhando os parlamentares argentinos que vêm encontrar-se com seus colegas brasileiros – explicou Marcelo Fuentes.

Segundo o embaixador, a participação de José Sarney nesse processo é muito importante, porque “ele é um homem de intensa vocação integracionista, um grande amigo da Argentina, que passa à história como um grande estadista dos povos da América Latina”.

Representantes

A proposta inicial, informou Eduardo Azeredo, prevê um Parlamento com o total de 64 representantes, sendo 16 de cada um dos países integrantes. Os membros seriam escolhidos pelo Congresso de cada país, sendo oito pela Câmara dos Deputados e oito pelo Senado. Posteriormente, as nações menores teriam o mínimo de 16 membros e as maiores, o máximo de 35, todos eleitos pelo voto popular, em eleição direta. O parlamentar disse que a proposta é defendida pelo governo brasileiro.

Azeredo, que representou no encontro a Comissão Parlamentar Mista do Mercosul e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), comentou as dificuldades do bloco para implantar normas que os próprios países-membros já aprovaram, inclusive na agricultura.

Subcomissão da Amazônia vai debater tratado

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deverá comparecer a audiência pública na Subcomissão Permanente da Amazônia, para debater os efeitos diretos e indiretos do Tratado de Cooperação Amazônica sobre o desenvolvimento da região. Requerimento nesse sentido, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), presidente do colegiado, foi aprovado ontem.

Também foi acolhido requerimento do senador Sibá Machado (PT-AC) para realização de debate sobre a possibilidade de transformação do Tratado de Cooperação Amazônica em organismo internacional.

O presidente da subcomissão informou que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, convidada para a audiência, pediu desculpas pela demora em marcar uma data para a reunião, por encontrar-se muito envolvida com a questão dos transgênicos.



Criado Grupo Brasil-Argentina

O senador João Capiberibe (PSB-AP) e a deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) – centro – participaram ontem da instalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Argentina, realizada na Câmara. Presidido pela deputada Maria José Maninha (PT-DF), o grupo é integrado por 99 parlamentares brasileiros.

Paim convida parlamentares para sanção do Estatuto do Idoso

O senador Paulo Paim (PT-RS) – foto – convidou deputados e senadores a prestigiarem a sanção presidencial ao Estatuto do Idoso, programada para as 10h da manhã de hoje. O Estatuto do Idoso foi “fruto de grande entendimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com a participação de todos os partidos”, afirmou o senador.



Roosevelt Pinheiro

O parlamentar lembrou ter atuado como deputado e como senador na aprovação da matéria e disse que a sanção é a concretização de um “sonho acalentado por 20 milhões de brasileiros”. Paim revelou ter guardado a edição do *Jornal do Senado* sobre a “sessão histórica” na qual a proposta foi aprovada, quando mais de 60 senadores defenderam a iniciativa. Paim agradeceu ao presidente do Senado, José Sarney, pela rápida tramitação da proposta na Casa – menos de três meses.

Maguito homenageia memória de ex-reitor da UFG

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) – foto – homenageou a memória do professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, que morreu na última quarta-feira em Goiânia, vítima de enfarte do miocárdio. Maguito lembrou que Queiroz era advogado e professor, tendo sido duas vezes reitor da Universidade Federal da Goiás (UFG). Natural de Campina Verde (MG), o professor Jerônimo de Queiroz chegou a Goiânia em 1952, quando iniciou sua atuação acadêmica.



Roosevelt Pinheiro

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento de voto de pesar e condolências à família pelo falecimento do professor. O requerimento é de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Seminário discute direito de acesso a informações públicas

O Seminário Internacional sobre Direito de Acesso a Informações Públicas discutiu ontem as ações que o Legislativo pode adotar para facilitar a divulgação de dados públicos em todas as esferas do poder público. O evento, encerrado ontem no auditório do Interlegis, foi promovido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), com o apoio do Senado, da Câmara e de entidades ligadas ao jornalismo. Os palestrantes avaliaram que a legislação é insuficiente para garantir o acesso do cidadão a informações públicas. O repórter da *Folha de S. Paulo* e diretor-executivo da Abraji, Fernando Rodrigues, informou que existe um projeto tramitando na Câmara relativo ao assunto, mas que necessita de ajustes para cumprir seu objetivo.

Sarney elogia exposição de arte sacra patrocinada por Ivete Simon

O presidente do Senado, José Sarney, elogiou ontem exposição de arte sacra instalada no Salão Negro do Congresso, um evento patrocinado por Ivete Simon, esposa do senador Pedro Simon (PMDB-RS). As telas e as imagens, retratando santos e cenas bíblicas, são produzidas por pessoas que viviam no alcoolismo ou na mendicância, e agora trabalham sob a orientação do artista plástico Eurípedes Batista.

Integrantes da Ordem Franciscana Secular, Ivete e Pedro Simon são voluntários e divulgadores dessa obra, que mantém uma fazenda no Rio de Janeiro e uma chácara em Brasília. No trabalho realizado por Simon e Ivete em Brasília, mendigos ou alcoólatras dispostos a recuperar-se são abrigados na chácara e até na residência do senador.

Logo após visitar a exposição, Sarney recebeu o governador do Amapá, Valdez Góes, que veio convidá-lo para assistir, no próximo dia 18, à 40ª Feira Agropecuária do Estado.

Comissão amplia a ofensiva contra lavagem de dinheiro

Proposta de Antonio Carlos Valadares facilita a quebra de sigilo bancário de pessoas sob investigação



Roosevelt Pinheiro

RIGOR Valadares sugere continuidade do processo à revelia do réu

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) favorável ao projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que torna mais eficiente o combate ao crime de lavagem de dinheiro. Pela proposta, o financiamento de crime de terrorismo, contravenção penal, tráfico de seres humanos, lenocínio e os crimes contra a ordem tributária passam a entrar na lista de delitos que poderão ser tipificados como antecedentes

à prática do crime de lavagem de dinheiro.

O projeto segue agora para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será apreciado em decisão terminativa. A proposta altera a Lei nº 9.613, de 1998, que trata de crimes de lavagem de dinheiro.

Entre as inovações do projeto (PLS nº 209/2003) está a que torna mais fácil a quebra de sigilo bancário de pessoas sob investigação, retirando da lei a obrigatoriedade de autorização judicial para cada novo suspeito ou envolvido na operação que surgir no curso da apuração. Outra mudança: o processo passa a ter

continuidade, mesmo à revelia do réu.

– O projeto não só dá maior eficácia à repressão ao crime de lavagem de dinheiro, como também incorpora outras atividades ilícitas no âmbito dessa repressão, como os crimes contra a ordem tributária – avaliou Pedro Simon.

Acolhido diretor do Banco Central

Em votação secreta, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, com 21 votos favoráveis e 3 contrários, relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), favorável à indicação do economista Alexandre Schwartzman para ocupar o cargo de diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (BC), na vaga de Beny Parnes. O parecer vai orientar a votação definitiva da indicação em Plenário.

De acordo com Suassuna, a qualificação profissional de Schwartzman, que foi sabatinado antes da aprovação do seu nome, está de acordo com as exigências do cargo. O indicado é doutor em Economia e tem experiência no mercado



Célio Azevedo

SABATINA Alexandre Schwartzman (ao lado de Ramez Tebet) fala à comissão

financeiro.

Em resposta a Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Schwartzman afirmou que o Brasil tem condições de rejeitar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pois “está maduro o suficiente para decidir o que vai fazer, sem preci-

sar que alguém lhe diga o rumo que deve seguir”. Em sua opinião, porém, o país poderá fechar um novo acordo por questão de prudência.

Respondendo a Eduardo Suplicy (PT-SP), Schwartzman afirmou que se precipitou ao

avaliar, em artigo de dezembro de 2002, que o atual presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, não seria o nome ideal para ocupar o cargo.

O economista considera que o país está prestes a retomar, de forma sustentável, o crescimento econômico.

Senadores apontam desafios ao BC

Ao participar da sabatina de Alexandre Schwartzman, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a atuação do BC na área de fiscalização, afirmando que a instituição parece sempre chegar atrasada nas apurações de escândalos. O indicado discordou da visão de Simon dando como exemplo o caso da evasão de divisas que está sendo investigada pela CPI do Banestado.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Ramez Tebet (PMDB-MS), sugeriu ao

economista que o resultado da redução do percentual dos depósitos compulsórios dos bancos no Banco Central (BC) seja utilizado para empréstimos ao setor produtivo ou para o consumidor. O senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu a Schwartzman que analisasse a possibilidade de ampliação do prazo para pagamento da dívida dos estados.

O grande desafio do Banco Central, disse Roberto Saturnino (PT-RJ), será o de compatibilizar o controle inflacioná-

rio com o crescimento da economia. Antero Paes de Barros (PSDB-MT) observou que as reservas brasileiras “estão no pior nível desde 1992”. Segundo informou, apesar de superarem os US\$ 47 bilhões, as reservas caem para US\$ 17 bilhões quando são somados os pagamentos externos.

Eduardo Suplicy (PT-SP) mostrou-se preocupado com o crescimento dos juros pagos pelo setor público brasileiro que, como informou, alcançarão R\$ 140 bilhões no final do ano.

Hélio Costa vê avanços em nove meses de gestão

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) destacou ontem bons resultados na gestão da economia brasileira como prova dos acertos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador salientou as dificuldades por que passava o país no final do ano passado, expressas nos 2.400 pontos registra-

dos no risco-Brasil.

– Hoje são 600 pontos. Será que isso representa apenas uma dança de números? Na verdade, significa uma economia de 60 bilhões de dólares que faz o país quando vai honrar seus compromissos internacionais – afirmou.

A recuperação da economia brasileira, conforme o senador, se reflete

também na queda expressiva do dólar e nas negociações que o governo tem travado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Hélio Costa criticou os que, segundo ele, de forma apressada criticam o governo.

– Paciência é bom e é importante que se reconheçam os esforços do governo – disse, chamando aten-

ção mais uma vez para as dificuldades encontradas pelo governo Lula.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou o acordo firmado pelo presidente Lula e os governadores, que deve permitir a participação dos estados na complementação de recursos para programas de transferência de renda.



RECUPERAÇÃO Queda do dólar indica melhoria na economia, afirma Hélio Costa



APREENSÃO Desemprego e redução do consumo preocupam Alvaro Dias

Alvaro aponta incoerências no governo

Em crítica ao governo, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse ontem que as atuais políticas governamentais são incoerentes em relação às propostas feitas pelo PT em seus 23 anos de existência. Segundo o senador, "o verdadeiro Lula do PT" está na Casa Rosada, na Argentina, onde as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) estão sendo contestadas por Néstor Kirshner e o governo tem obtido vitórias.

Para Alvaro Dias, é muito preocupante que o desemprego esteja aumentando tanto no país, o que é efeito do recuário recessivo do FMI. Até agora, acrescentou, o PT soube empregar apenas os quadros do partido que foram derrotados nas eleições.

O senador também manifestou sua apreensão diante dos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrando que houve redução no consumo até mesmo da cesta básica.

Alvaro Dias afirmou ainda que o governo Luiz Inácio Lula da Silva gastou, em serviço da dívida, nos oito primeiros meses de 2003, R\$ 102 bilhões, ou seja, 69% mais do que o governo Fernando Henrique nos oito primeiros meses de 2002.

Em aparte, o senador Efraim Morais (PFL-PB) concordou com Alvaro Dias.

Proposta orçamentária é retrocesso, diz César Borges

■ Conforme o senador, governo reduziu recursos para áreas sociais e aumentou gastos com publicidade

A proposta de orçamento encaminhada pelo governo ao Congresso representa um verdadeiro retrocesso social, afirmou ontem o senador César Borges (PFL-BA). Ele disse que há proporcionalmente menos recursos para as áreas sociais, previstos pelo atual governo, do que na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso.

– A área social receberá no próximo ano 70,2% dos recursos disponíveis, ou seja, menos que os 72,4% herdados da administração anterior – destacou o senador, acrescentando que o Orçamento prevê um aumento de 30,4% nas despesas com publicidade.

Na avaliação de César Borges, os dados da proposta contrariam o discurso do PT de cul-



CRÍTICAS César Borges aponta contradição entre o discurso e a prática do governo

par o governo passado pelas mazelas em áreas sociais.

– Para o salário mínimo, que o presidente prometeu duplicar em quatro anos, há previsão de recursos para um ganho real de apenas 5% – exemplificou, citando ainda o programa Fome Zero, que teria seu orçamento reduzido em 77%.

Outro problema considerado grave pelo senador é o fato de os recursos estarem condicio-

nados à aprovação de fontes de receitas. De acordo com César Borges, do Orçamento para 2004, R\$ 28,3 bilhões estão condicionados à aprovação das reformas tributária e previdenciária – R\$ 20,7 bilhões dependeriam da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), R\$ 1,4 bilhão da taxa dos inativos e R\$ 1,8 bilhão do ganho do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o novo teto de aposentadoria.

– À população prometeram-se mais recursos para saúde, educação, combate à fome e menos recursos para os banqueiros. O que estamos vendo é o contrário – criticou Borges.

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), argumentou que as limitações orçamentárias decorrem das dificuldades herdadas da administração passada.

O pronunciamento de César Borges recebeu apertes de apoio dos senadores por Goiás Demostenes Torres (PFL) e Lúcia Vânia (PSDB).

Maria do Carmo critica reforma tributária

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) disse que a proposta de reforma tributária do governo aumenta a fatia da União no bolo da arrecadação nacional, privilegia as regiões mais ricas e industrializadas, aumenta a carga tributária para o cidadão comum e para as empresas e prejudica as regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste. Ela apresentou ontem um estudo elaborado por 20 secretários de Fazenda das regiões mais pobres que comprova o efeito centralizador de riquezas embutido na proposta do governo.

Segundo o estudo, nos últimos oito anos, as regiões Sul e Sudeste têm absorvido 60%



DESIGUALDADE Proposta privilegia regiões ricas, afirma Maria do Carmo

dos recursos federais destinados aos estados, referentes principalmente ao Imposto de Renda e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

– Temos um efeito Robin Hood às avessas, em que se tira dos mais pobres para se dar aos mais ricos – observou Maria do Carmo.

A senadora acrescentou que a injustiça se repete na proposta do Orçamento para 2004.

– Observa-se que, de um total de R\$ 24,2 bilhões de renúncia fiscal previstos, apenas 35,5% serão direcionados para as regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), enquanto 64,5% serão destinados ao Sul e ao Sudeste – afirmou a senadora.

Por outro lado, acrescentou ela, é incontestável que haverá aumento da arrecadação da União a partir deste ano.

Almeida Lima pede união contra desigualdades

O senador Almeida Lima (PDT-SE) disse ontem que os parlamentares das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste serão os responsáveis pela aprovação de um projeto de reforma tributária que "amplia o fosso das desigualdades regionais". O parlamentar lembrou serem 60 os senadores que representam essas regiões, mais de dois terços do total.

– Se a reforma massacra, como de fato acontece, essas três regiões, os responsáveis seremos nós, senadores, e os governadores que estão ajoelhados diante do Poder Executivo da União, barganhando condições para viabilizar os pouco mais de três anos que restam a suas administrações, deixando por mais um século o Nordeste subdesenvolvido – afirmou o senador sergipano, apelando para o "senso patriótico e cívico" dos parlamentares das três regiões, que são maioria também na Câmara dos Deputados.

Para Almeida Lima, não é possível discriminar a população dessas regiões da forma como está sendo feita na reforma tributária. Ele lembrou que elas representam 42% dos brasileiros e 82% do território nacional. A população, disse, deve saber como seus representantes estão votando, "para que eles cumpram aqui de fato o papel de representantes".



PROPOSTA Para Almeida Lima, senadores do NO, NE e CO devem rejeitar reforma tributária

Jefferson Péres defende exoneração de Benedita

O líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), defendeu a exoneração da ministra Benedita da Silva, da Assistência Social, após sua participação num encontro evangélico em Buenos Aires, Argentina, paga pelos cofres públicos. O parlamentar classificou o episódio como “vexaminoso e constrangedor”, principalmente pelo teor dos argumentos usados pela ministra para justificá-lo.

Segundo o senador, após sucessivos desencontros de informações entre o ministério e a Casa Civil da Presidência da República sobre os motivos da viagem, Benedita teria tentado arranjar “à última hora” uma audiência com a ministra da Ação Social da Argentina, Alicia

Kirchner, e usá-la como justificativa para a viagem. Como ficou provado que a audiência foi marcada 24 horas antes da viagem, constatou-se que Benedita “faltou com a verdade”, disse o senador.

Depois de ter fracassado nessa justificativa, a ministra teria passado a se declarar vítima de discriminação religiosa, uma postura “apelativa demais”, na opinião de Jefferson Péres. De acordo com o senador pelo Amazonas, em países de regime parlamentarista o caso poderia motivar não só a exoneração da ministra, mas a queda do próprio governo.

Jefferson Péres apelou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que “não faça do governo uma ação entre amigos”.



Jefferson Péres pede a Lula que não promova ação entre amigos

Virgílio: está na hora de começar a governar

Ao afirmar que os resultados de recente pesquisa de opinião demonstram que acabou a lua-de-mel da população com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), aconselhou o governo a abandonar o “lado pirotécnico” e começar a governar.

O senador citou dados de recente pesquisa CNI/Ibope segundo os quais a confiança no presidente Lula caiu, embora se mantenha elevada, e aumentou o índice de desaprovação ao governo – 24% dos entrevistados, contra 18% no último levantamento.

Arthur Virgílio ressaltou o aumento da dívida pública, que teria atingido 57,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Ele reconheceu que, nos anos finais do governo Fernando Henrique Cardoso, a relação dívida/PIB já era muito alta, em função das crises internacionais. Mas a atual conjuntura internacional, menos turbulenta, de acordo com Virgílio, permite que o governo reduza a dívida pública

para 47% do PIB.

Falhas do PT

Em outro pronunciamento, Arthur Virgílio disse que o atual governo está tendo desempenho ruim em vários setores, a começar pelo excessivo uso da máquina administrativa sem o devido preparo técnico dos militantes do Partido dos

Trabalhadores.

– O Brasil caminha lamentavelmente para o grande desastre e só há um culpado: o governo loteado do presidente Lula, cujos quadros não estão à altura do país – afirmou.

O líder do PSDB listou uma série de programas anunciados pelo PT e

apontou o fracasso de todos eles, “em contradição com o marketing político do Executivo”. O Fome Zero, segundo o parlamentar, foi anunciado como um programa que revolucionaria a área social no Brasil e no mundo, mas o que ocorreu foi uma redução de 77% em relação aos recursos aplicados no ano passado nesse setor, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso.



Virgílio diz que acabou lua-de-mel da população com Lula

Ideli rebate as críticas da oposição ao governo Lula

Senadora lembra que propostas de reforma já foram aprovadas na Câmara e estão em debate no Senado

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) rebateu, em discurso no Plenário, a opinião manifestada por senadores da oposição de que o governo Luiz Inácio Lula da Silva não teria produzido nada até agora. Ela usou como argumento as reformas encaminhadas ao Congresso, que já foram aprovadas na Câmara e encontram-se em discussão no Senado.

– Falam como se as reformas fossem duas questões absolutamente irrelevantes e não imprescindíveis para o país. O governo Lula está fazendo uma reforma tributária ampla, oficial e que está sendo debatida de forma pública. Fernando Henrique Cardoso, de modo sorrateiro, nos últimos oito anos, promoveu o maior aumento de carga tributária da história do Brasil, de 26% do PIB para 36%. Outro ponto abordado pela



POSTURA Ideli também apoiou a posição adotada por Lula na recente visita a Cuba

senadora foram os elogios ao governo do presidente da Argentina, Néstor Kirchner, sobretudo na relação daquele país com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ideli observou que, diferente do que foi comentado em Plenário, a negociação envolvendo o país vizinho e o FMI não foi uma demonstração de soberania.

Ideli registrou que o governo argentino se comprometeu com o FMI a cumprir todas as exigências feitas, mas, por uma questão eleitoral, pelo fato de

o presidente necessitar de apoio para ampliar sua base de sustentação, mascarou a realidade. O governo Lula, ao contrário, comparou a senadora, nem sequer precisou assinar um novo acordo com o Fundo.

Cuba

As críticas que Lula recebeu por não ter assumido publicamente, durante a visita a Cuba, uma posição em favor da democratização daquele país também mereceram comentários de Ideli Salvatti. Registrando suas discordâncias com o governo de Fidel Castro, a senadora afirmou que, pelo que os cubanos já fizeram em favor do Brasil (cessão de vacinas para combater a meningite e do modelo para a implantação de programas de saúde da família), Lula não poderia retribuir com ingratidão.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou sua convicção de que Lula, nas conversas reservadas com Fidel Castro, externou preocupação com a necessidade de o socialismo ser construído de forma democrática, com garantia das liberdades e respeito aos direitos.

Demostenes resalta a “agenda emocional”



Demostenes lembra execução de três cubanos

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou ontem que “a Cúpula de Havana foi o nada que se esperava de um encontro sem propósito de dois chefes de Estado do Terceiro Mundo, mas demonstrou que o governo tem uma agenda emocional fantástica, em que até o ministro da Casa Civil, José Dirceu, encarregado de distribuir indulgências e

praticar maldades, chorou ao abraçar o presidente Fidel Castro”.

Demostenes lembrou que, em Cuba, foram executados três cidadãos cubanos, somente em 2003, existindo 49 na fila da morte, por discordarem do longo governo do presidente Fidel Castro, há 44 anos no poder. Há muito foi revogado o princípio do processo legal e são realizadas execuções sumárias, destacou.

O parlamentar goiano criticou ainda a decisão do governo Luiz Inácio Lula da Silva de liberar recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para construir hotel de luxo e usina de álcool em Cuba.

– Ele certamente acredita que são poucos os miseráveis e ofendidos daqui, tendo chegado a hora de liderar os desempregados do Caribe – comentou.

Costa destaca preocupação com direitos humanos

Na opinião do senador Hélio Costa (PMDB-MG), um ponto na conversa particular entre o presidente Lula e o líder cubano Fidel Castro foi ignorado pela imprensa internacional: a preocupação do governo brasileiro com a situação dos direitos humanos em Cuba.

Ao tratar do assunto longe de câmaras e microfones, Lula respeitou a autonomia da outra nação, disse o senador. Ele lembrou que, recentemente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou um repúdio do Senado pelo assassinato de jornalistas e dissidentes cubanos.

Hélio Costa elogiou a política externa do atual governo, que a seu ver busca reforçar o comércio com os países da América do Sul e assume uma postura de liderança na região, em resposta ao acirramento da globalização. O parlamentar elogiou a aproximação com a Venezuela, grande produtor de petróleo mas importador de gasolina, produto que o Brasil exporta; com a Bolívia, que recebeu créditos brasileiros em troca de fornecimento de gás; e com a Argentina, onde um financiamento brasileiro de R\$ 1 bilhão incentivará a compra de frangos de produtores brasileiros. O representante mineiro lembrou que o Brasil é superavitário nas relações comerciais com Cuba. Entre os vários interesses mútuos, o país poderá ter acesso às vacinas de qualidade produzidas em Cuba, como as que combatem a hepatite B e a gripe, enquanto aquela nação, grande produtora de cana-de-açúcar, poderá adquirir a tecnologia de produção de álcool em grande escala.

Raupp mostra prejuízo com desvios da Cide

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) voltou a denunciar o contingenciamento de bilhões de reais arrecadados pela Contribuição de Intervenção

Roosevelt Pinheiro



Raupp: Brasil perde 3% do PIB nas estradas

no Domínio Econômico (Cide), dinheiro que deveria legalmente ser utilizado na manutenção e recuperação das estradas de rodagem. O senador apresentou estudos da Comissão Econômica para a

América Latina e Caribe (Cepal) que demonstram que 3% do Produto Interno Bruto (PIB) se perdem devido ao mau estado das estradas.

Raupp calculou, com base no trabalho da Cepal, que o Brasil está tendo prejuízo anual superior ao total da arrecadação da Cide para este ano, calculada em aproximadamente R\$ 11 bilhões. O senador afirmou que o problema atinge dimensões perigosas e citou a BR-364, cuja situação deplorável tem ocasionado acidentes com mortes, feridos e prejuízos materiais.

Suassuna vê municípios em dificuldades

Relator da Subcomissão Temporária da Dívida Pública, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) criticou ontem, em Plenário, as dificuldades financeiras enfrentadas por estados e municípios. Segundo informou, quase 100 dos 223 municípios da Paraíba estão com a folha de pagamento dos servidores em atraso. Dos estados, dez já comunicaram não ter condições de pagar o 13º salário.

– Está tudo paralisado – frisou Suassuna, lembrando que a situação é pior nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

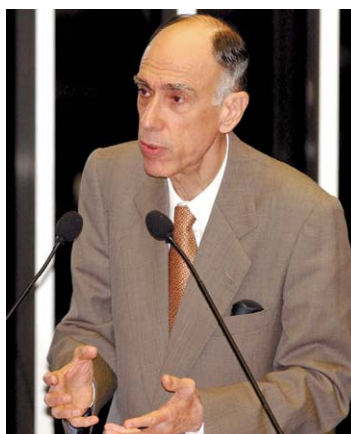
Em apartes, os senadores José Maranhão (PMDB-PB) e Efraim Morais (PFL-PB) pediram uma solução para a crise nas finanças municipais e estaduais.

Maciel propõe redução do número de leis no Brasil

Senador apresentou requerimento para criar comissão que faria estudo completo da legislação

Foi lido ontem, durante a sessão do Congresso Nacional, requerimento apresentado pelo senador Marco Maciel (PFL-PE) que pede a criação de uma comissão mista especial para estudar e propor medidas visando o levantamento e racionalização das leis do país. A matéria ainda depende de aprovação pelo Congresso, o que pode ocorrer na sessão marcada para as 12h de hoje.

O país possui, de acordo com estudos apontados por Maciel, mais de 60 mil leis, excluindo-se atos ministeriais, portarias, resoluções e instruções de vá-



EXCESSO Marco Maciel informou que existem mais de 60 mil leis em vigor no país

rios órgãos públicos. Segundo o senador, é consenso entre os Poderes Executivo e Legislativo a necessidade de o país tornar mais eficiente a tarefa de elaboração de leis.

A comissão, a ser formada por 11 senadores e 11 deputa-

dos, terá prazo até 15 de dezembro de 2004 para apresentar suas propostas e deverá ser apoiada por juristas indicados por associações de magistrados, de advogados e por faculdades de Direito.

Inicialmente, detalha Maciel, o grupo irá selecionar as áreas de maior interesse, promovendo a compilação de leis, decretos-leis e outros atos de cada área. Depois, serão propostas normas capazes de consolidar e manter atualizada a legislação vigente.

– Cremos que, com esse esforço, dar-se-á importante passo para o aperfeiçoamento da democracia no país, assegurando aos cidadãos, com o mais pleno conhecimento das normas e de suas determinações, maior conscientização dos direitos e deveres de cada um – enfatizou o senador.

Tuma quer investigar máfia dos “salvados”

Com base em série de reportagens levada ao ar pela TV Globo, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou requerimento solicitando a criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para investigar rede criminosa que comete fraudes em auto-



Tuma apresentou requerimento para criação de uma CPI mista

móveis denominados “salvados”. O requerimento foi lido na sessão de ontem do Congresso e a CPI depende da indicação, pelas lideranças partidárias, dos futuros integrantes para ser instalada.

Segundo a reportagem, existe participação no esquema fraudulento de empresas de

seguros, oficinas de desmanche, revendedores de automóveis e recuperadoras de veículos. A operação baseia-se no aproveitamento de carros dados como definitivamente perdidos, que são depois recolocados no mercado.

A CPI mista proposta pelo senador Romeu Tuma será composta por 11 senadores e deputados, mais 11 suplentes, e deverá apresentar relatório sobre as averiguações dentro de três meses.

CPI mista deve apurar conflitos urbanos e rurais

Um diagnóstico sobre a atual estrutura fundiária e o problema habitacional do país é o que se espera seja levantado pela CPI Mista da Reforma Agrária e Urbana, criada ontem pelo Congresso Nacional. O requerimento para instituir a comissão, lido na sessão de ontem, foi apresentado em conjunto pelos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) e pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA).

Um dos principais objetivos da

comissão será apurar as crescentes invasões rurais e urbanas e os movimentos de resistência a essas ações, identificar as causas e as medidas tomadas pelo governo e propor ações para garantir a paz no campo e nas cidades. Para os parlamentares, os recursos carreados pelo governo para implementação da reforma agrária e da política habitacional não têm sido suficientes para solucionar os problemas.

– Os conflitos rurais e urbanos se agravam, notadamente na forma de ocupações de imóveis rurais e urba-



PEDIDO Ana Júlia Carepa é também signatária do requerimento para a CPI

nos e nos embates que se seguem com seus proprietários – diz o requerimento, acrescentando que a situação gera insegurança para a população.



APROVAÇÃO Antonio Carlos ficou feliz em saber que Exército pensa em combater criminosos

ACM pede mais recursos para as Forças Armadas

Ao considerar “uma boa notícia” matéria do jornal *O Globo* sobre os preparativos do Exército para uma possível participação no combate ao crime organizado, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu a inclusão, no Orçamento do próximo ano, de mais recursos para as Forças Armadas, pedindo que essas verbas não sejam cortadas pelo governo federal.

Antonio Carlos lembrou que, desde 1999, o Ministério da Defesa vem tendo parte de seu orçamento cortado: 11% naquele ano, 7% em 2000, 10% em 2001, 20% em 2002 e 30% contingenciados já este ano.

Segundo Antonio Carlos, a limitação dos recursos destinados às Forças Armadas é um dos pontos utilizados pelos que são contrários à participação dos militares no combate à criminalidade. Ele explicou que, se o Congresso já tivesse aprovado proposta de sua autoria de transformar o Orçamento em impositivo, os cortes no orçamento do Ministério da Defesa deixariam de ser feitos e a situação atual seria diferente.

– Conto com o apoio da grande maioria dos senadores e, principalmente, da sociedade brasileira. A participação do Exército no combate à criminalidade não afronta de modo algum a Constituição federal – afirmou Antonio Carlos.

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Augusto Botelho (PDT-RR), José Agripino (PFL-RN), Ney Suassuna (PMDB-PB), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Luiz Otávio (PMDB-PA) apoiaram o discurso do senador baiano defendendo o Orçamento impositivo e mais recursos para as Forças Armadas.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Mão Santa